

## **Ata n.º 45/XIV/2.ª SL**

Aos cinco dias do mês de janeiro de 2021, pelas quinze horas, na Sala do Senado do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo a seguinte,

### **Ordem do Dia:**

#### **1. Informações gerais**

#### **2. Apreciação e votação do relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021: Uma União vital num mundo fragilizado COM(2020) 690 final**

- **Deputado relator:** Paulo Pisco (PS)

#### **3. Análise e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição das entidades seguintes, acerca do resultado das auditorias aos postos diplomáticos e consulares de Portugal no estrangeiro requerendo a audição de:**

- Ex-Inspetor-Geral da Inspeção-Geral Diplomática e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador José de Bouza Serrano;
- Inspetora-Geral da Inspeção-Geral Diplomática e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministra Plenipotenciária de 1.ª Classe Maria José Teixeira de Morais Pires.

#### **4. Análise e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD que requer a audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para apresentar a Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030.**

#### **5. Análise e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, que requer a audição do Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, na sequência da realização da 44.ª reunião da Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os EUA.**

#### **6. Discussão conjunta na especialidade dos Projetos de Resolução ns.º:**

[779/XIV/2.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) Recomenda ao Governo a mobilização da comunidade internacional no sentido de travar os crimes perpetrados contra a humanidade em Moçambique.

[784/XIV/2.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#) Colocar a crise humanitária e o problema de terrorismo vivido em Moçambique nas prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

7. **Discussão do [Projeto de Resolução 804/XIV/2.<sup>a</sup> Cristina Rodrigues \(Ninsc\)](#)** Recomenda ao Governo que no âmbito das negociações do Tratado da Carta de Energia defenda a sua reformulação profunda garantindo a salvaguarda do meio ambiente e a proteção da saúde pública

8. **Discussão do [Projeto de Resolução 813/XIV/2.<sup>a</sup> \(PSD\)](#)** Recomenda ao Governo alterações à abordagem da política de cooperação a integrar na Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030 e na atuação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

9. **Distribuição das iniciativas e nomeação dos autores dos pareceres:**

[Proposta de Resolução n.º 16/XIV/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) Aprova o Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Japão, por outro, assinado em Tóquio, em 17 de julho de 2018

Deputado(a) autor do parecer: PCP

[Proposta de Resolução n.º 17/XIV/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Aprova a adesão da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986

Deputado(a) autor do parecer: PSD

10. **Apreciação e votação das Atas números:**

- 39, de 19 de novembro de 2020;
- 41, de 9 de dezembro de 2020;
- 42, de 15 de dezembro de 2020;
- 43, de 16 de dezembro de 2020.

11. **Outros assuntos**

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos.

No **Ponto 1.**, o Presidente da Mesa informou do seguinte:

Na reunião de 19 de novembro passado, a par da votação do requerimento do CDS-PP acerca da situação no norte de Moçambique, o PS apresentou as suas motivações para a apresentação de requerimento para audição do MENE acerca da mesma matéria. Cumprir-se-á a formalidade de aprovar o texto a remeter ao Gabinete do MENE, a tempo de ser considerado na audição que irá ter lugar proximamente.

Relativamente ao agendamento desta audição, foram propostas as datas de 12 de janeiro (3.ª feira) pelas 19.30h ou 13 seguinte, pelas 10 horas. Aguarda-se a resposta. Interveio o Deputado **Paulo Pisco (PS)** para sublinhar a necessidade de que esta audição decorra à porta fechada.

No próximo dia 12 de janeiro irá decorrer, sob a égide da CAE, a apresentação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021, com a participação da Comissária Europeia Elisa Ferreira, com início pelas 14h.30m. Relembrou que os Deputados que pretendam intervir no debate, devem inscrever-se até ao final do dia de hoje.

No **Ponto 2.**, foi concedida a palavra ao Deputado **Paulo Pisco (PS)** para apresentação do seu relatório, alusivo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021, tendo concluído estar o mesmo em condições de poder ser aprovado e remetido à 4.ª Comissão, para os fins devidos. De seguida, intervieram os Deputados seguintes:

**Paulo Neves (PSD)**, que felicitou o autor do relatório, cujas informações nele veiculadas reputou de úteis e pormenorizadas;

**Alexandra Vieira (BE)**, que igualmente saudou o autor do relatório que considerou assertivo e pormenorizado;

**Nuno Miguel Carvalho (PSD)**, que saudou o autor do relatório pelos mesmos motivos atrás mencionados;

**Paulo Pisco (PS)**, que agradeceu o teor dos comentários produzidos.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência de PCP e CDS-PP.

Transitados para o **Ponto 3.**, foi concedida a palavra à Deputada **Alexandra Vieira (BE)** para apresentação do requerimento do BE acima identificado. Seguidamente, intervieram os Deputados:

**Paulo Pisco (PS)**, tendo referido que o teor do requerimento levanta dúvidas e suspeitas generalizadas relativamente ao trabalho desenvolvido por diplomatas e funcionários consulares. Por outro lado, entende que o Embaixador Bouza Serrano, tendo transitado para a situação de reforma, não poderá ser potestativamente convocado para comparecer em audição, restando a via do convite, pese embora discordar com a pretendida audição;

**Nuno Miguel Carvalho (PSD)**, que referiu estar-se perante matéria de enorme sensibilidade, já parcialmente abordada aquando da última audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, perante esta Comissão, o qual, sendo o responsável político, deve ser a entidade a comparecer em audição e não os Inspetores;

**Alexandra Vieira (BE)** que, em resposta, explicou as razões pelas quais o BE entende dever ouvir o anterior e a atual Inspectora-Geral. No entanto, considerando o teor das intervenções produzidas, aceitou rever a formulação do seu requerimento, o qual será reapresentado e votado na próxima reunião da Comissão.

Clarificando a componente subjetiva do requerimento, e independentemente da reformulação do teor do requerimento com a qual o BE já concordara, o Presidente da Comissão colocou à apreciação dos Deputados a possibilidade de poder autonomizada a votação quanto à audição do Embaixador Bouza Serrano. Tendo tal sugestão sido aceite, passou-se à votação sobre se a Comissão deveria convidar o referido Embaixador a comparecer perante a Comissão. A hipótese foi rejeitada, com o voto favorável do BE, voto contra do PS e a abstenção de PSD e CDS-PP (ausência do PCP).

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)** para apresentação do requerimento acima referenciado.

Interveio o Deputado **Paulo Pisco (PS)**, tendo sublinhado que, não se opondo ao requerimento, o facto é que não sendo ainda possível conhecer em pleno a estratégia portuguesa para a cooperação, seria preferível protelar um pouco mais a vinda do Secretário de Estado, sob pena da redução da utilidade da própria audição;

Em resposta, retomou a palavra o Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)** para concordar com a posição avançada pelo PS, pelo que, sem prejuízo da votação do requerimento, deve o respetivo agendamento ser diferido para momento posterior. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do PCP.

Passados ao **Ponto 5.**, foi concedida a palavra à Deputada **Lara Martinho (PS)** para apresentação do requerimento referido supra. Finda a apresentação, intervieram os Deputados:

**Nuno Miguel Carvalho (PSD)**, manifestando a sua concordância;

**Telmo Correia (CDS-PP)**, o qual, além de manifestar a sua concordância, levantou a possibilidade de a presente audição poder vir a ser cumulada com a referente à situação no norte de Moçambique;

Interveio de seguida o Presidente da comissão para sublinhar a atualidade da sugestão do CDS-PP, em compreensão pela pesada agenda do Ministro durante a presidência portuguesa do Conselho da União.

Manifestou a Deputada **Lara Martinho (PS)** a concordância do PS relativamente à hipótese de cumulação, relembrando que está já agendada para 23 de fevereiro uma audição regimental, na qual o assunto em apreço poderá ser tratado.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do PCP.

No **Ponto 6.**, começou o Presidente da Comissão por fazer notar que o PAN, autor do PJR n.º 779, estando ausente, impossibilitaria a consensualização de uma versão comum desta iniciativa, cuja temática era afim.

Interveio o Deputado **Telmo Correia (CDS-PP)** para referir que, não obstante tal ausência e embora não tenha logrado falar com o PAN acerca de tal hipótese é perfeitamente viável compatibilizar ambos os textos numa versão única.

O Deputado **Paulo Pisco (PS)**, intervindo, sublinhou o facto de a ausência de um dos proponentes não poder prejudicar a posição processual do outro.

Perante as circunstâncias, avaliado o teor das iniciativas em presença e a pré-disponibilidade do CDS-PP para um consenso, foi decidido, por unanimidade dos Deputados presentes, viabilizar a elaboração de um texto comum, a submeter à apreciação e votação da Comissão na sua próxima reunião.

No **Ponto 7.**, o Deputado **Paulo Pisco (PS)** requereu o adiamento da apresentação da iniciativa em apreço, considerando, também, a ausência da Deputada autora da mesma.

No **Ponto 8.**, relativamente ao Projeto de Resolução n.º 813/XIV/2.ª, foi referido pelo Deputado **Nuno Miguel Carvalho (PSD)** que a apresentação e discussão da iniciativa será feita na próxima reunião da Comissão.

No âmbito do **Ponto 9.**, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas:

Proposta de Resolução n.º 16/XIV/2.ª, com parecer a elaborar pelo PCP, cuja ausência impediu a concreta nomeação do respetivo autor;

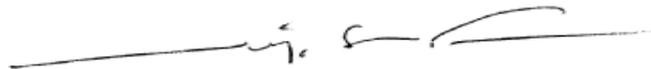
Proposta de Resolução n.º 17/XIV/2.ª, com parecer a elaborar pelo Deputado Nuno Miguel Carvalho (PSD).

Finalmente, no **Ponto 10.**, o Deputado **Paulo Pisco (PS)** solicitou o adiamento da votação das atas, pelo que a sua discussão e aprovação transitou para a reunião seguinte.

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezasseis horas e quinze minutos, existindo [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de janeiro de 2021.

**O Presidente da Comissão**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Vieira  
Ascenso Simões  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Alberto Gonçalves  
Catarina Rocha Ferreira  
Edite Estrela  
Eduardo Teixeira  
Ilídia Quadrado  
Isabel Meireles  
José Cesário  
José Mendes  
Lara Martinho  
Nuno Miguel Carvalho  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Paulo Porto  
Pedro Filipe Soares  
Sérgio Sousa Pinto  
Susana Correia  
Telmo Correia  
António Maló de Abreu  
Romualda Fernandes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa  
João Oliveira

**A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 27 de janeiro de 2021.**